

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTI-INSTITUCIONAL
MESTRADO EM AGRONEGÓCIO

Autora: ALVES, Patrícia Prego
E-mail: patriciaprego@brturbo.com.br

O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E A SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES NAS
RELAÇÕES DE TROCAS INTERNACIONAIS – 1980/2000

Resumo expandido encaminhado Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, como parte dos requisitos necessários à inscrição e conseqüente participação do III CONPEEX – III Seminário de Pós-Graduação da UFG.

PALAVRAS CHAVES: CEPAL; Desigualdades nas relações de trocas; especialização produtiva; países desenvolvidos e em desenvolvimento; vocação agro-exportadora.

Goiania – GO – Brasil
2006

INTRODUÇÃO

A maneira como tem se dado a inserção dos países em desenvolvimento no capitalismo internacional há muito desperta o interesse de estudiosos, seja no ambiente político-partidário como no meio acadêmico. O fato desses países apresentarem particularidades que os distinguem, em aspectos relevantes, cria a necessidade de formulações teóricas adaptadas as suas realidades.

Nesse sentido, em 1948, por uma decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas, foi constituída a CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, que segundo BIELSCHOWSKY (2004, p. 25), “não só tornou-se uma referência indispensável quando se falava de América Latina, como também desenvolveu uma teorização própria, na qual combinou-se de forma consistente um bom número de inovações conceituais”.

De acordo com as idéias cepalinas, havia um contraste quanto ao modo com que o crescimento, o progresso técnico e o comércio internacional ocorreram nas estruturas econômicas e sociais dos países desenvolvidos, formadores do centro do sistema, e dos países em desenvolvimento que compunham a periferia.

A preocupação básica da CEPAL era, portanto, a de procurar explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar formas de superá-lo, pois segundo Prebisch, a propagação do progresso técnico e a distribuição de seus ganhos na economia mundial aconteciam de forma desigual.

Tal preocupação ainda se mantém nos dias de hoje, pois no atual cenário econômico os países em desenvolvimento enfrentam grandes dilemas referentes à inserção competitiva no capitalismo internacional. Ao mesmo tempo em que ganha força o argumento de que os países e suas regiões devem se especializar nas cadeias produtivas nas quais são competitivos, existe uma série de distorções no mercado que provocam a chamada deterioração dos termos de troca entre os bens produzidos e comercializados pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Com base nesses argumentos, o trabalho se propõe a verificar, de acordo com a dinâmica recente do comércio internacional, se o paradigma do pensamento cepalino centro-periferia continua com um grande poder explicativo quanto às trocas internacionais, e mais especificamente, no caso do Brasil, se a sua vocação agro-exportadora tem uma importância real quanto à superação das desigualdades nas relações de trocas internacionais.

METODOLOGIA

No primeiro capítulo, a proposta foi apresentar o desenvolvimento do capitalismo a partir da Revolução Industrial quando divisão internacional do trabalho assumiu uma forma mais definida, provocando mudanças na maneira de produzir, nas relações de troca e até mesmo no campo das idéias com o liberalismo econômico e com o iluminismo.

Como parte deste contexto, Adam Smith e David Ricardo formularam a chamada teoria clássica do comércio, onde Smith apresentou as possibilidades de trocas internacionais baseadas nas vantagens absolutas de um país em relação aos demais, enquanto Ricardo trabalhou as vantagens comparativas.

Tal teoria serviu de base para as formulações teóricas seguintes, que ora confirmavam o pensamento clássico, ora o contestavam, como foi o caso da moderna teoria do comércio internacional de Heckscher-Ohlin, que veio completar a abordagem clássica de David Ricardo enquanto a teoria da CEPAL se contrapôs a ela.

Vale ressaltar aqui, que a formulação da teoria clássica tomou como premissa um contexto de livre-comércio, mas de acordo com a realidade que cercava, e ainda cerca, as relações de trocas internacionais, muitos países não hesitaram em impor restrições ao comércio por meio da adoção de política protecionista (embora a estrutura do livre-comércio não tenha deixado de ser válida).

Ainda no primeiro capítulo, portanto, são analisados, mesmo que de forma simples e resumida, os principais instrumentos de política comercial, como é o caso, por exemplo, das tarifas, dos subsídios e das cotas, que muitas vezes dificultam ou até mesmo inviabilizam as relações comerciais entre os países.

Além disso, as diferenças que se estabeleceram entre os países que investiram fortemente no processo de industrialização e os que não o fizeram, precisam ser observados, uma vez que, a maneira como se deu a propagação do progresso técnico entre os países foi notadamente diversa, encerrando também, implicações quanto a assimetria nas relações de trocas.

Estes aspectos foram considerados no segundo capítulo que trata inicialmente do desenvolvimento das forças produtivas dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento, diante da divisão internacional do trabalho que os tornou distintos sob vários aspectos. Nesse contexto, temas como economia internacional e desenvolvimento, e economia internacional e poder, incitaram algumas discussões e reflexões.

Mas, nesse ponto, vale a pena resgatar aqui, segundo consta neste trabalho, a seguinte observação feita por LIPIETZ (1988, p. 68):

Será preciso esperar meados do século XX e o grande movimento anticolonial para que o surgimento de teóricos pertencentes ao Terceiro Mundo, de um lado, e a persistência das relações de dependência econômica apesar da independência política, do outro lado, chamassem a atenção teórica sobre o funcionamento concreto das formações sociais dominadas. Isto resultará numa crítica do ‘centro-centrismo’ anterior, e num começo de reflexão metodológica sobre a autonomia relativa dos regimes de acumulação periférica.

É aí que surgem os teóricos da CEPAL com idéias inovadoras, propondo uma formulação teórica voltada, não apenas para mostrar as desigualdades e diferenças quanto a forma do progresso técnico e distribuição de seus ganhos na economia mundial, mas para propor meios de se superar o estado de subdesenvolvimento dos países “periféricos” latino-americanos.

O caminho proposto foi o da industrialização via substituição de importações que irrompeu nesses países na década de 30 como um processo de compensação interna à crise mundial, que encontrou seu caminho de expansão até o momento em que se fez necessário novos avanços com progressos técnicos mais abrangentes.

Tornou-se imperioso escolher qual caminho seguir, pois as possibilidades existentes para se definir a direção em que se pretendia levar o sistema eram muitas, desde que admitissem mudanças estruturais, por existirem desequilíbrios setoriais, espaciais e sociais, além de um conjunto de interesses em choque e conflitos políticos que deveriam ser enfrentados.

Mergulhado neste contexto e sua problemática encontrou-se também o Brasil, surgindo uma controvérsia entre uma corrente que defendia o liberalismo econômico, preocupada em garantir a vocação agrária do país, e uma corrente desenvolvimentista, que pregava a intervenção do Estado na economia para implementar a industrialização do país como meio de superar a condição periférica.

O caminho escolhido? O da substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, que culminou na constituição e consolidação do denominado CAI – Complexo Agroindustrial. Sua expansão passou a caracterizar o processo de modernização da agricultura inclusive promovendo a integração dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura, que se tornou em uma opção de investimento no Brasil.

Dos anos de 1980 para cá, as indústrias de base agrícola se fortaleceram e a agricultura deixou de ser um setor econômico distinto passando a integrar à dinâmica da produção industrial, naquilo que ficou conhecido como agronegócio, que tem desde então o seu lugar de destaque

na economia brasileira. Resta saber, portanto, se é viável ao Brasil, com vistas a uma melhor inserção na economia mundial, continuar investindo em sua especialização em produtos do setor agrícola e agroindustrial e conseqüente vocação agro-exportadora.

Frente a esta questão, o capítulo três aborda uma discussão que envolve por um lado a abrangência e relevância do argumento cepalino quanto a necessidade de se repensar o modelo seguido pelos países da América Latina quanto ao processo de industrialização, e por outro o papel do agronegócio nas relações econômicas internacionais brasileiras.

Para melhor embasar a discussão acima e constatar a relevância do agronegócio no desempenho comercial do Brasil foram apresentados dados referentes à balança comercial brasileira, considerando a exportação de produtos básicos frente à importação de bens de capital com os seus respectivos índice de preço e quantum, de 1980 a 2000. Foi considerada também a evolução da balança comercial do agronegócio comparativamente a da balança comercial brasileira de 1989 a 2004, e, por fim, as barreiras impostas pelos países desenvolvidos às exportações de produtos do agronegócio brasileiro.

CONCLUSÃO

O Brasil, em se tratando de comércio internacional, sem sombra de dúvida, tem o seu lugar de destaque como terceiro maior exportador mundial de produtos do agronegócio e detentor dos melhores índices de produtividade do mundo numa dezena de commodities. Embora com a sua vocação agro-exportadora mais do que confirmada, ainda permanece uma certa inquietação se este realmente é o caminho a seguir, quando o país se depara, principalmente em momentos de instabilidade, com o desafio de se manter competitivo no contexto atual de um mundo globalizado.

É a discussão levantada pela CEPAL desde há pouco mais de cinco décadas, vindo a tona agora em um novo cenário internacional, questionando mais uma vez, (ou ainda questionando), a especialização produtiva em produtos primários da antiga periferia do sistema, frente a industrialização sempre crescente do centro.

Fato é que a especialização produtiva tanto do “centro” quanto da “periferia” aparece modificada dado o constante aumento do grau de inserção tecnológica do primeiro, e pela integração com o setor industrial no caso da segunda. Para compreender melhor essa relação é preciso levar em conta alguns pontos importantes que interferem direta ou indiretamente no desempenho dos diferentes países no comércio internacional de bens.

Em se tratando de Brasil, o que se percebe é que por um lado o país tem se deparado com um crescimento sustentável da demanda mundial, originário do maior consumo e importações de produtos por parte de países em desenvolvimento e, mais particularmente, da Rússia, da Europa Oriental, do Oriente Médio e do leste asiático, com perspectiva para aumento nas próximas duas décadas dada a escassez de recursos naturais na maioria desses países. Este fato leva também a sustentação do preço de mercado dos produtos primários pela oferta precisar contar com um certo espaço de tempo para assimilar o aumento da demanda.

Por outro, existe a oferta doméstica que registra ciclos de expansão e retração. Segundo Marcos S. Jank, presidente do ICONE – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais, em O Estado de São Paulo 19/04/06 p. A-2:

(...) é espantoso como a conjuntura do agronegócio registra mudanças e transformações radicais. Em um dado momento é apontado como um dos mais sólidos e rentáveis da economia, registrando preços em alta, vultuosos investimentos, competitividade imbatível, já em outro, se vê mergulhado num ciclo de preços em queda, desinvestimentos e perda de rentabilidade.

Para a obtenção de maior e melhor oferta doméstica, o setor precisa contar cada vez mais com investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, inclusive, biotecnologia, com objetivo de garantir eficiência do sistema agroindustrial e conseqüente sustentabilidade econômica de longo prazo. Além disso, precisa haver o apoio por parte de organismos supranacionais como é o caso da OMC, criada com o objetivo de estabelecer regras para o comércio internacional.

Como esses organismos são altamente influenciados politicamente, muitas vezes não se chega a um consenso entre os países membros. A história de desacordos na OMC, hoje com 148 membros, data da sua criação em 1995, embora metas referentes ao acesso aos mercados, a competição das exportações e o apoio aos mercados internos, já constam no Acordo sobre Agricultura (AsA) iniciado durante a chamada Rodada do Uruguai (1986-1994).

Países com níveis diversos de desenvolvimento travam verdadeiras batalhas principalmente quando as discussões e “negociações” se voltam para os produtos agrícolas, como tem acontecido de 2001 e para cá, quando houve a redução de tarifas de alguns produtos, mas também a permanência de condições que privilegiam o controle do mercado agrícola de potências como a União Européia e Estados Unidos em detrimento dos países menos favorecidos.

Por conta de episódios como esse, foi criado o G-20, grupo de países emergentes e em desenvolvimento, como um meio de por fim à tímida participação desses países nas negociações internacionais. Para o Grupo, os subsídios agrícolas concedidos pelos países desenvolvidos se constituem num meio de se conquistar mercado através de uma competição desleal indo contra o princípio da competitividade, ao fazerem com que seus produtos agrícolas cheguem ao mercado com um preço abaixo do preço de custo.

Este é um fator agravante, uma vez que, segundo estimativas apresentadas pela FAO – Órgão das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, 70% da população de países em desenvolvimento depende desse setor para subsistência e 26% do PIB é gerado no campo. As barreiras minam as condições de competição igualitária entre os países, e o resultado disso é revelado em outro dado desse órgão que diz que desde 1980, os países mais pobres aumentaram suas importações, e a saída de recursos para o exterior em até 60%.

A especialização em agronegócio exige, portanto, dos países produtores preparo maior para lidar com toda essa problemática além da natureza cíclica desse negócio, que se traduz nas altas e baixas periódicas da produção e dos preços. Como exemplo desse último, têm-se os produtores de commodities que dependem dos bons preços internacionais em dólares e da própria apreciação/ depreciação cambial que transforma os preços em moeda local para garantir melhores resultados.

Ainda que as mudanças decorrentes do processo de globalização e de abertura da economia brasileira sejam muitas e constantes, as relações de troca seguem guardando algumas “velhas” características que levam o país a repensar o seu modelo de inserção no cenário econômico internacional. Permanece, pois, o registro tido como histórico na economia internacional, do decréscimo dos preços efetivos dos produtos primários, e, as desigualdades nas relações de troca entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como, a adoção de política protecionista por parte dos países desenvolvidos que dificultam o acesso aos mercados.

BIBLIOGRAFIA

Agronegócio – **Dimensão do Complexo Agroindustrial**. Disponível em <<http://www.portaldosexportador.com.br/agronegocio/agronegocio3htm>> Acesso em abr. 2004.

AKYÜZ, Yilmaz. **Impasses do Desenvolvimento**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 72 p. 41-56. jul. 2005.

ANDRADE, Daniel C. ORTEGA, Antônio C. & CAMPOS, Eneida M. G. **Negociações agrícolas internacionais e o agronegócio brasileiro**. Revista Política Econômica ano XIV – nº 3 – p. 88-97 Jul/Ago./Set. 2005.

BECKER, B.; EGLER, C. A. G. **Brasil uma nova potência regional na economia do mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Org. v. I e II. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CARDOSO, Fernando H. **Más Allá de la economía: interacciones de la política y desarrollo económico**. Revista de La CEPAL 83. Agosto 2004. p. 7-12.

CASTRO, Antônio de Barros. **Uma Tentativa de Interpretação do Modelo Histórico Latino Americano**. Trabalho apresentado em versão preliminar no Congresso da Integração Nacional, realizado em Salvador (1966). Curso Intensivo de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico. Instituto Lationamericano de Planificação Econômica e Social - Centro de Desenvolvimento Econômico - CEPAL/BNDECEPEA.

COLISTETE, Renato Perim. **O Desenvolvimento cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil**. Publicado em Revista Estudos Avançados, v. 15, n. 41, janeiro-abril, 2001. São Paulo: IEA – USP.

Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira – **Competitividade do Complexo Agroindustrial – Nota Técnica do Complexo**. Campinas: IE/UNICAMP – IEI/UFRJ – FDC – FUNCEX. 2003.

FURTADO, André. **Dinâmica Sócio Econômica da América Latina**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 14, p. 16-30. fev. 86.

GARRIDO, Alexandre E. **As Barreiras técnicas ao comércio internacional em “O Brasil e as barreiras técnicas ao comércio internacional: o cenário atual”** – diss. de mestrado em Engenharia de Produção, UFF, 2004.

GASQUES, José Garcia et al. **Desempenho e Crescimento do Agronegócio no Brasil**. Texto Para Discussão n. 1009. Brasília –DF: IPEA, 2004.

GONÇALVES, Reinaldo. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JANK, Marcos S. em O Estado de São Paulo 19/04/06 p. A-2

KALVAN, Fábio Ricardo. **O lugar da nação: estudo da abordagem a nação no dual-estruturalismo de Celso Furtado e nos estudos sobre a dependência de Fernando Henrique Cardoso**. USP, 2000. 124 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-29112001-103806/publico/tde.pdf>>

MEDEIROS, Rodrigo L. **Teoria Econômica e Desenvolvimento na América Latina: Revistando o Estruturalismo**. Rio de Janeiro: Revista Intellectus / ano 05 v. I – 2006. Disponível em <www2.uerj.br/~intellectus> Acesso em fev. 2006.

MIRANDA, José Carlos. **Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na Década de 1990**. Texto Para Discussão n. 829. Brasília –DF: IPEA, 2001.

- MONTOYA, Marco Antônio & PARRÉ, José Luiz - organizadores. **O agronegócio brasileiro no final do século XX – Estrutura produtiva, arquitetura organizacional e tendências**. Passo Fundo: UPF Editora, 2000
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação – As origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 – 11ª reimpressão.
- PREBISCH, Raúl. **A Crise do Capitalismo Maduro**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 2,1, p. 19-24. abr. 63.
- RESENDE, Marco F. & TEIXEIRA, Joanílio R. **Competitividade, Vulnerabilidade Externa e Crescimento na Economia Brasileira: 1978/2000**. Texto Para Discussão n. 844. Brasília –DF: IPEA, 2001.
- RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- RODRIGUEZ, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- RODRÍGUEZ, Otávio. **O Pensamento da CEPAL – síntese e crítica**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo n. 16, p. 8-28, dez 86.
- RESENDE, Marco Flávio da Cunha & TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho. **Competitividade, vulnerabilidade externa e crescimento na economia: 1978/2000**. Texto para Discussão n. 844. Brasília –DF: IPEA, 2001.
- SCOLARI, Dante. **Os desafios do Agronegócio**. Disponível em <www.agrolink.com.br/colunista/pg> Acesso em jun 2006
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, Os economistas 1983.
- SUZIGAN, Wilson & FERNANDES, Suzana C. F. **Competitividade Sistêmica: a contribuição de Fernando Fajnzylber**. In V Congresso Brasileiro de História Econômica. Caxambu – MG. 07 a 10 de setembro de 2003.
- VIDAL, J. W. Bautista. **Dialética dos trópicos: o pensamento colonizado da CEPAL**. Brasília: Instituto do Sol, 2002.